

15 SET 1995

As surpresas da estabilização mudam o discurso econômico, com a substituição do velho modelo inflacionário de desenvolvimento à custa do Estado. Como o Estado faliu e a abertura comercial expôs as deficiências empresariais em toda a sua extensão, não convence o recurso de responsabilizar só “os juros escorchantes” pelo desemprego e o desaquecimento da atividade produtiva.

A deflação de preços no início de setembro não é fenômeno inédito no país, mas a melhor afirmação do sucesso do Plano Real e o prenúncio de uma nova era econômica que está se iniciando: a do funcionamento pleno da lei da oferta e da procura, com o primado do consumidor.

Quem iria imaginar, após 30 anos de correção monetária, que os preços também poderiam cair no Brasil? Com a indexação, os preços subiam sempre, desrespeitando qualquer relação com os custos ou seu valor de uso. Atônito, o brasileiro perdeu a noção do valor da moeda nacional e passou a ser tragado diariamente pela dança dos preços.

Se a dissipação da noção de preços relativos é inerente aos processos hiperinflacionários, a volta à racionalidade conduz à deflação, ao encolhimento das vendas e ao eventual desemprego. Esses fenômenos fazem parte da clássica cartilha dos planos de estabilização. No Brasil não poderia ser diferente. Os dois mais fortes planos econômicos anteriores — o Cruzado e o Collor — fracassaram por falta de coragem para atacar as causas dos déficits públicos (matriz da inflação brasileira) e pela convivência com a indexação, por vício cultural.

A âncora de qualquer plano de estabilização é o ajuste fiscal. Se o Estado não indicar que pretende limitar a sua interferência na disputa da poupança nacional com o setor privado, não haverá solução política para esse conflito, e o reflexo será a explosão de preços.

As reformas constitucionais e o processo de abertura comercial são fundamentais para consolidar a estabilização. O Congresso está tendo a oportunidade de definir os limites de interferência do Estado

na sociedade — para as necessidades atuais e futuras. A abertura comercial se encarrega de desmontar os cartéis, oligopólios e monopólios que conspiravam contra o interesse do consumidor.

Sem o amparo do Estado, as empresas foram submetidas ao teste da verdade pelo consumidor. A escandalosa disparidade entre os preços internos e os dos importados não se explica apenas pela elevada carga fiscal e os encargos trabalhistas (contornada em larga escala pela sonegação e a falta de carteira assinada) e a alegada defasagem cambial.

Nada justifica gama tão vasta de bens e serviços (da televisão às calças *jeans* e ao tênis, passando pelos preços salgadíssimos dos restaurantes e serviços profissionais autônomos) custar no Brasil o dobro do que custa nos Estados Unidos. A indexação e o fechamento comercial tiraram dos empresários a noção de mercado. A lei da oferta e da procura parecia revogada no Brasil autárquico, sob o peso do Estado.

Nenhum setor, muito menos os bancos, pode fugir do *spa* antiinflacionário. A queda dos juros na captação precisa ser repassada ao tomador. A inadiplência é parte do risco empresarial. O consumidor deve exercer seus direitos, recusando preços e juros altos, e deixando de frequentar estabelecimentos comerciais com margens de lucro abusivas.

A nova ordem econômica — da qual a estabilização é pressuposto para competir em condições de igualdade numa economia internacionalizada — ainda exigirá sacrifícios de todos. Os preços terão que baixar em toda a sua extensão, para corrigir vícios do passado inflacionário. Até os salários deverão passar pelo mesmo processo. Mediante a redução nominal (como fazem Japão e Alemanha para manter o emprego, com acordos coletivos entre empregados e empregadores) ou pela via mais dolorosa da demissão, que sujeita o desempregado a ganhar menos que antes. Não adianta nadar contra a maré. O Brasil empresarial e sindical precisa deixar de sentir saudade da inflação e da ineficiência e fazer a sua opção. O mais rápido possível.